



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO 294/2021

Reunião: PLENÁRIA-ORDINÁRIA - Nº 544/2021 - Plenária - 24/06/2021 das 18:00 as 23:00

Decisão: 294/2021

Referência: 2596156/2019 - Auto: 41927/2019

Interessado: C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA

EMENTA: a penalidade aplicada pelo auto de infração - PESSOA JURÍDICA EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS CONTIDAS EM SEUS OBJETIVOS SOCIAIS SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA ESSAS ATIVIDADES - por infração ao(a) Alínea 'e' do art. 6º, da Lei federal Nº 5194/66; art. 73 da Lei 5194/66 combinado com art. 2º da Lei 6619/78.

DECISÃO

A Plenária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunida em 24 de junho de 2021, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal C E C Servicos De Construcão Ltda, Considerando a Res. 1.008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; Considerando que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; Considerando o art. 73 da Lei nº. 5.194/66, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; Considerando que o autuado tomou conhecimento do auto de infração lavrado, em 05/07/2019, por infração à Legislação profissional do Sistema CONFEA/CREA em 19/08/2019, via AR, sendo-lhe conferido o prazo de 10(dez) dias para manifestação; Considerando a apresentação de Defesa escrita via Protocolo nº 2598905/2019 de 30/08/2019, dentro do prazo previsto no Artigo 11, inciso VIII, da Resolução 1008/2004, ou seja, tempestiva; Considerando que a defesa não apresenta fatos novos que possam modificar a presente autuação, no que se refere ao cancelamento pleiteado, já que, de fato, na data da autuação estava sem responsável técnico da formação de engenharia civil em seu quadro técnico, bem como o contrato que motivou a autuação permanecia vigente. Ressalte-se que a defesa alega que concorreu em pregão para esses serviços em 24/07/2017, ocorre que nessa época havia sim um profissional Engenheiro Civil que permaneceu no quadro da empresa de 20/07/2017 a 21/08/2017, ou seja, era conhecida a necessidade de ter profissionais habilitados para realização dos serviços. O fato de que o contrato apenas se efetivou cerca de um ano depois, não exime a empresa de ter um profissional em seu quadro, capaz de responder tecnicamente pelos serviços quando eles fossem realizados, também não a eximindo de cobrar desse profissional o registro da ART correspondente durante a execução (de preferência no seu início). Considerando que da decisão da câmara especializada o(a) autuado(a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-AM; Considerando o Parecer Técnico da Assessoria Técnica que OPINOU pela MANUTENÇÃO da penalidade aplicada no Auto de Infração em epígrafe, considerando a não regularização do fato gerador, lavrado em desfavor da pessoa jurídica C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA, cuja infração refere-se a "PESSOA JURÍDICA EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS CONTIDAS EM SEUS OBJETIVOS SOCIAIS SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA ESSAS ATIVIDADES", Considerando a DECISÃO da CEEC que DECIDIU pelo(a) manutenção do(a) processo fiscal-relatório fiscal : 41927/2019 do(a) interessado(a) , lavrado em desfavor da pessoa jurídica C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA, cuja infração refere-se a "PESSOA JURÍDICA EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS CONTIDAS EM SEUS OBJETIVOS SOCIAIS SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA ESSAS ATIVIDADES". considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator desta Câmara Especializada, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 41927/2019, lavrado em desfavor da pessoa jurídica C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA, cuja infração refere-se a "PESSOA JURÍDICA EXERCENDO ATIVIDADES PROFISSIONAIS CONTIDAS EM SEUS OBJETIVOS SOCIAIS SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA ESSAS ATIVIDADES", bem como da penalidade aplicada (Multas), corrigida da forma da Lei, considerando a não regularização do fato gerador. Decisão proferida na 543ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Coordenou a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Ademar Antonio Ferreira, Amarildo Almeida De Lima, Arlindo Pires Lopes, Audinei Lima Leite, Carlos Malom Alencar Queiroz, Claudécir Malveira De Souza, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Jackson Pantoja Lima, Joao Claudio Ferreira Soares, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Kelly Ambrosio Neto, Luis Antonio De Araujo Pinto, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Roberval Sousa Protasio, Romina Alves Dos Santos, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparício. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 24 de junho de 2021.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

Rua Costa Azevedo, 174, Centro - Manaus-AM

Tel: + 55 (92) 2125-7120 Fax: + 55 (92) 2125-7122 E-mail: faleconosco@crea-am.org.br



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO 294/2021

Assinatura manuscrita em azul, com uma linha decorativa curva acima do nome.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Coordenador da Reunião